

MANUAL DO PROFESSOR, OU COMO ORIENTAR O PROFESSOR A ENSINAR A PRODUZIR TEXTOS¹

Maria da Conceição Rêgo de Araújo (Mestranda PPGED -UFRN / Bolsista Capes/INEP)

INTRODUÇÃO

É notório o crescente interesse de pesquisadores acerca da produção de textos ao longo da escolarização básica. Isso se deve, principalmente, aos novos paradigmas dos estudos da área da linguagem, surgidos na década de 90, que tem situado a produção de texto sob demandas contextuais, vinculadas à funcionalidade da linguagem, à produção de textos autênticos com características discursivas e linguísticas consoantes à situação de produção e às especificidades do gênero. Juntando-se a isso, os diferentes instrumentos de avaliação oficial (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB; Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB; Provinha e Prova Brasil) têm sinalizado as dificuldades de uso e domínio de habilidades linguísticas básicas e têm revelado listas de classificações de escolas e de município. O município de Natal, de acordo com os indicadores oficiais, ocupa um dos últimos lugares na lista de classificação do IDEB – 2009.

O livro didático de português tem papel relevante no domínio das competências de escrita e de leitura, uma vez que é o único material de ensino-aprendizagem em grande parte das escolas brasileiras. Diante desse contexto, o presente artigo objetiva analisar três manuais do professor de Língua Portuguesa do 5º ano do ensino fundamental, dentre os aprovados pelo Programa de Avaliação do Livro Didático 2008 (PNLD/2008) e que são adotados por escolas municipais de Natal-RN, que apresentaram nota abaixo da média do IDEB estabelecida para o município: *Português: linguagens*, da Atual Editora; *Infância feliz*, Editora Escala Educacional e *A Escola é nossa*, Editora Scipione.

O artigo visa a levantar as recorrências acerca das orientações para as práticas de letramento fornecidas por esses materiais e elaborar uma grade de análise que permita dar sequência à investigação de todos os manuais de língua portuguesa do 5º ano adotados pelas escolas de referência. Portanto, visamos a contribuir para o aprimoramento dos critérios institucionais de avaliação dos materiais didáticos e sinalizar alternativas para as práticas letradas no contexto escolar.

REFLEXÃO SOBRE O MANUAL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: O LUGAR DA ESCRITA

Segundo Bezerra (2005), os livros didáticos tiveram que ser reformulados para se adequar a realidade do ensino e assim suprir as lacunas de conhecimento desse novo professor. Surge, então, um novo modelo de livro didático que não se presta apenas à exposição do conteúdo, mas que tem a função de estruturar o trabalho

¹ Este trabalho conta com o financiamento do Observatório da Educação – Capes/INEP. Ed. 038/2010 e se insere no projeto “Leitura e escrita: recortes inter e multidisciplinares no ensino de matemática e de língua portuguesa”. Grupo de estudos CONTAR – Centro de Educação / PPGED/PPGEL/PPGECNM – Propesq.

pedagógico através de orientações que possibilitavam um maior aprendizado dos conteúdos propostos.

Nesse sentido, os livros didáticos apresentaram um espaço com orientações específicas para o professor: o manual do professor, intitulado algumas vezes de *manual pedagógico* ou *assessoria pedagógica*. Esses manuais continham além das respostas dos exercícios do manual do aluno, a estrutura do livro didático e a exposição dos conteúdos teóricos. Os livros didáticos, portanto, passaram a ser um facilitador do trabalho do professor e seus autores os principais responsáveis por preparar as aulas. Pois como afirma Bezerra (op. cit.), essa importância é tanta que os interlocutores dos nossos alunos não são mais o professor, mas sim o próprio livro didático, ou melhor, seu autor, visto que o professor tem seguido passo a passo o livro didático, e, em muitos casos, não revelara autonomia sobre a elaboração de atividades.

Em estudo realizado acerca do Manual do Professor, Marcuschi E. (2002) partilha da concepção adotada por Gérard e Roegiers (1998) de que o manual destinado ao professor tem *funções de formação*, ou seja, esse material deve contribuir com instrumentos que permitam aos docentes um melhor desempenho profissional no processo de ensino-aprendizagem. Assim, segundo a autora, o manual do professor deve prestar-se a:

- Oferecer informações científicas.
- Sinalizar elementos de ordem pedagógica para o tratamento do conteúdo.
- Orientar a gestão das aulas.

Considerando que muitos manuais do professor, até pouco tempo atrás, destinavam a uma cópia do manual do aluno com objetivo de revelar as respostas dos exercícios, as considerações da autora acerca da funcionalidade desse material, ao que tudo indica, tornaram-se mais visadas com o advento de pesquisas sobre língua, ensino-aprendizagem e da intervenção do Estado através de programas específicos de avaliação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) sobre o livro didático, realizados a partir da última década do século XX, os quais “obrigaram” esses livros a reformular seus conteúdos, metodologia e concepções teóricas. Desse modo, o manual do professor teve que passar por mudanças e apresentar um diferencial do manual do aluno, melhor dizendo, teve que apresentar algo a mais.

O PNLD é um desses programas. Desde sua existência, em 1997, o PNLD responde pelos princípios e critérios utilizados para avaliar os livros didáticos. Logo os livros comprados para o uso das escolas públicas devem se adequar aos critérios de avaliação desse documento. As especificidades acerca do manual do professor contidas no *Guia do Livro Didático* (2010) revelam a função desse material, reforçando que o manual do professor se propõe a finalidades diferenciadas do manual do aluno.

Co-responsável pela coerência e pela adequação metodológicas, o Manual ou Livro do Professor deve constituir-se como um instrumento capaz de subsidiar adequadamente o uso da coleção Alfabetização pelo professor, tanto no trabalho de sala de aula quanto na orientação para o estudo autônomo por parte do aluno. Não pode, portanto, ser meramente uma cópia do livro do aluno, com as respostas preenchidas. (Guia do Livro Didático, 2010, p. 21)

Os critérios de avaliação utilizados pelo documento confirmam essa assertiva e revelam-se coerentes com as *funções de formação* do manual do professor partilhadas por Marcuschi E. (2002). Entretanto, para esse momento, o nosso interesse é analisar como a produção textual é situada no manual do professor como objeto de cada uma das *funções de formação* apresentadas pela autora.

Antes de partirmos para a análise, discorreremos sobre o contexto atual de ensino de produção de texto.

OS CAMINHOS PARA AS PRÁTICAS LETRADAS NA ESCOLA

Nas propostas de ensino da leitura e da escrita na escola presentes nos livros didáticos de língua portuguesa até meados da década de 70 do século passado predominavam o tradicional ensino de redação centrado nas tipologias narração/descrição/dissertação. A leitura privilegiava os textos literários, considerados eruditos. Nessa circunstância, o ensino era voltado para a normatização e para práticas letradas engessadas nas variantes de prestígio e em gêneros específicos e restritos. A leitura era focalizada na decodificação e nos textos de variantes de prestígio, particularmente os de literatura. De acordo com Bezerra (2007), trava-se de um ensino destituído do contexto, que enfatizava os elementos de ordem estruturais da linguagem.

Com o avanço dos estudos lingüísticos a partir das décadas subseqüentes, a concepção estruturalista da língua fundamentada por Ferdinand Saussure que dominava o ensino de língua portuguesa foi deixada de lado para dar lugar a uma nova perspectiva de língua baseada nas teorias sociointeracionista. Nessa concepção, a língua se constrói socialmente através da interação do sujeito com o meio, ou seja, a língua é vista como interação. Nessa abordagem a construção do texto se dá pelo contexto.

O reflexo dessas mudanças pode ser percebido nos PCN (1998), quando estes afirmam que a unidade básica de ensino da língua é o texto. As práticas de letramento, com enfoque no social, nas culturas e subjetividades ganham força. O ensino da língua passa a focalizar a reflexão acerca dos usos da linguagem e não da estrutura frasal, como apresentava a abordagem estruturalista.

Sob à luz da teoria bakhtiniana, surgem as discussões acerca dos gêneros textuais ou gêneros discursivos, e esses conceitos mudam radicalmente o ensino da leitura e da escrita na escola, que passam a ser situados de forma mais articulada, com ênfase nas práticas e nos contextos de letramento. Gêneros textuais são textos orais e escritos “materializados em situações comunicativas recorrentes [...] são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões socioeconômicos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos” (Marcuschi, L. A. 2008, p. 154). Nesse sentido, as práticas de letramento passam a ser fundamentais para ensinar a leitura e a escrita, uma vez que articula essas dimensões da linguagem como interdependentes.

Sabe-se que a escrita possui um papel fundamental na formação do sujeito, sendo hoje pré-requisito básico na formação do ser, representando a porta de entrada para o saber tecnológico, científico e erudito. Ao possuir um maior conhecimento da leitura e da escrita, o indivíduo maximiza a oportunidade de ascensão social, sendo esse, muitas vezes um fator determinante na busca por uma boa colocação no mercado de trabalho.

OS MANUAIS DO PROFESSOR E AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

a) Livro didático *Português: linguagens*

Português: linguagens, de Cereja & Magalhães (2008), publicado pela editora Saraiva, é dividido em três volumes (3º ao 5º ano do ensino fundamental). É possível perceber que as informações contidas no manual do professor do 5º ano, que é nosso objeto de interesse, se repetem nos demais manuais desta coleção, uma vez que os autores pontuam orientações gerais sobre as séries do ensino fundamental fazendo referência a toda coleção. O que parece diferenciar um manual do outro, são as propostas do *plano de curso* e as *sugestões de estratégias* para atividades, pois essas são específicas das séries, ou seja, não há adaptação das teorias apresentadas ao conteúdo de cada série a que o livro é destinado.

O manual do professor é composto por 48 páginas, nas quais os autores apresentam os pressupostos teórico-metodológicos, estrutura da obra, plano de curso e sugestões de estratégias.

Nota-se, inicialmente, uma preocupação dos autores em situar as orientações contidas nesse manual em uma perspectiva atual de aprendizagem e de linguagem, uma vez que, logo na introdução, eles anunciam que a coleção *Português: linguagens* é “comprometida com uma abordagem sociointeracionista de aprendizagem e com um enfoque enunciativo de língua” (op. cit. 2008, p.02).

As orientações para as práticas de letramento se baseiam na visão dos gêneros textuais. Nesse sentido, o manual do professor apresenta a noção de gênero discurso a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin.

Segundo Bakhtin, todos os textos que produzimos, orais ou escritos, apresentam um conjunto de características relativamente estáveis, tenhamos ou não consciência dela. Essas características configuram diferentes textos ou *gêneros textuais* ou *discursivos*, que podem ser caracterizado por três aspectos básicos coexistentes: o *tema*, o *modo composicional* (a estrutura) e o *estilo* (usos específicos da língua) (op. cit. 2008, p. 10)

Além de Bakhtin, Cereja & Magalhães citam outros teóricos, como Jean Paul Bronckart, Auguste Pasquier Bernard Schnewly e Joaquim Dolz, demonstrando um interesse maior pelas ideias desses dois últimos.

O manual discorre acerca das contribuições desses autores para se pensar as práticas de letramento a partir dos gêneros textuais, citando as ideias de Schnewly, o qual “compreende o gênero textual como uma ferramenta, (...), um instrumento que possibilita exercer uma ação linguística sobre a realidade.” (op. cit. 2008, p. 10). Segundo Cereja & Magalhães, essa forma clássica de trabalhar a produção de texto é voltada exclusivamente para a formação de escritores da literatura e de cientistas. Os autores orientam que os professores, desde as séries iniciais devem proporcionar aos alunos a leitura de diversos gêneros textuais que circulam socialmente, a fim de que esses aprendam a interagir socialmente por meio do uso da língua.

Neste sentido, podemos perceber que o manual do professor cumpre com o primeiro item sinalizado por Marcuschi E. (2002) de que o manual do professor deve oferecer informações científicas, uma vez que as bases teóricas apresentadas são coerentes com as atuais orientações do ensino de produção de texto proferidas pelos estudos linguísticos. Entretanto, o mesmo não pode ser dito a respeito dos elementos de

ordem pedagógica situados pela autora, pois o manual do professor em questão apresenta certa superficialidade ao citar os PCNs.

No Brasil, as pesquisas em torno do gênero textual são relativamente recentes (iniciaram a pouco mais de uma década) e só após a divulgação dos Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental (1996) é que a discussão teórica deixou os círculos restritos de pesquisa acadêmica para chegar à escola. Como consequência do grande interesse que o assunto tem suscitado entre educadores em geral, várias publicações começam a surgir para atender a essa demanda. No final deste tópico, sugerimos algumas publicações relacionadas ao assunto. (op. cit. 2008, p. 09)

Como é perceptível, essa passagem fez referência à escolha dos autores em apresentar o gênero textual como elemento de partida para a orientação do ensino da produção de texto e da leitura. Cereja & Magalhães não esclarecem os motivos pelos quais resolveram seguir a orientação dos PCNs, no entanto, suas observações revelam, aparentemente, que reconhecem a importância dos PCNs, uma vez que se fundamentaram nesse documento para elaboração do livro didático.

Ainda no que se refere à função de sinalizar elementos de ordem pedagógica, o manual em análise apresenta, em algumas seções, reflexão sobre como avaliar as produções textuais dos alunos, mas raramente contém informações sobre a avaliação da leitura. Sobre o assunto, em um primeiro momento, os autores revelam que o trabalho com os gêneros textuais permitirá que os professores mudem a perspectiva de avaliação dos textos, que segundo eles é centrada nas regras gramaticais e nos critérios literários, para uma avaliação que focalize os aspectos de “adequação do conteúdo, da estrutura e da linguagem ao próprio gênero, ao interlocutor e à situação como um todo e o cumprimento da finalidade que motivou a produção” (op. cit. 2008, p.14).

Acerca desse assunto, os autores trazem o conceito proposto por Luckesi (1990) de que a avaliação é um instrumento que serve para auxiliar na melhoria dos resultados. Diante dessa noção, os autores refletem que os professores de língua portuguesa precisam mudar o conceito de avaliar, que é compreendido como objetivo de alcançar nota, para avaliar com a intenção de interferir no processo de aprendizagem a fim de fazer os ajustes necessários. No que se refere à produção de textos, os autores sugerem formas variadas de avaliação, dentre elas a de que os próprios alunos possam realizá-la lendo os textos dos colegas.

No que diz respeito à função de orientar a gestão das aulas, o manual do professor indica que os professores de língua portuguesa devem proporcionar um ambiente amistoso, de respeito, pois somente em tais condições é que esses profissionais conseguem cativar os alunos para a prática continuada de produção de textos. Para que isso seja possível, os autores propõem diversos procedimentos didáticos, dentre eles:

- Favorecer a desinibição, encorajar a expressão espontânea, estimular a fluência de idéias, criar o respeito mútuo, valendo-se de situações que levem os alunos a expressarem-se oralmente. Nesse sentido, por exemplo, pode-se pedir que cada aluno leia sua produção de texto para o colega. Da desinibição oral pode brotar a desinibição escrita.
- Estimular a vontade de escrever por meio de leituras orais feitas pelo professor, por um aluno ou por grupos de alunos – em

forma de jogral –, e por meio de debates sobre um assunto de interesse coletivo (op. cit. 2008, p. 16)

Além de procedimentos como esses, os autores sugerem que existam na escola um *espaço de criação* e *projetos* que estimulem a produção de textos. Para o *espaço de criação*, Cereja & Magalhães sugerem que a escola disponibilize uma sala para oficina ou laboratório de redação, por exemplo. Os projetos dizem respeito à produção e recepção dos textos. Para esta ação, os autores indicam a confecção de livros, que podem ser de contos, de poemas, por exemplo.

Com tais propostas, fica claro que os autores pretendem orientar os docentes a práticas de aulas mais dinâmicas e diversificadas de produção de texto, as quais os objetivos principais é estimular a produção de textos e proporcionar o aprendizado através da interação.

b) Livro didático *Infância Feliz*

Este segundo livro didático que compõe o corpus foi publicado pela editora Escala Educacional em 2008 e foi escrito pelos autores Albanize Aredês, Ângelo Alexandref e Miriam Grilo. Este livro assim como o de Cereja & Magalhães apresenta um único manual do professor para todas as séries a que se destina a coleção (3º ao 4º ano do ensino fundamental).

O manual do professor é composto por 40 páginas que subdividem em: concepção de ensino e aprendizagem, o ensino de língua portuguesa, concepção de alfabetização e letramento, intervenção pedagógica, avaliação da aprendizagem e do ensino, o papel da professora alfabetizadora na aprendizagem dos alunos, o trabalho com os temas transversais, organização da obra, projetos e recomendações de leitura, estudo e pesquisa.

Aredês; Alexandref; Grilo (2008) são mais breves no critério informações científicas, pois citam apenas os estudos de Geraldi. Baseados nos estudos do teórico, os autores revelam claramente a concepção de linguagem adotada na produção do livro didático, que assim como o livro analisado anteriormente, adotam a concepção sociointeracionista “a linguagem verbal é compreendida como um processo de interação interpessoal, que se realiza nas práticas pessoais” (op. cit.).

Ao passo que simplificam os estudos teóricos acerca da produção de textos, ampliam a discussão acerca da orientação pedagógica, pois é recuperando informações do PCN que Aredês; Alexandref; Grilo (op. cit) revelam que o ensino de produção de textos deve se pautar pelos gêneros textuais, porém essa orientação pedagógica, em muitos momentos, se voltam a aspectos gerais do ensino, somente em alguns momentos é que se destina especificamente a produção de texto. Há passagens em que os autores reproduziram a cópia do manual do aluno.

Nesse sentido, a simplificação acerca de teóricos sobre as práticas de letramento, talvez tenha explicação na formação dos autores, pois dois deles, conforme indicação na referência do livro, tem formação em pedagogia, por isso conduzem a orientação ao professor com um cuidado maior aos aspectos pedagógicos.

Assim, nos elementos de ordem pedagógica, os autores informam no tópico *ensino de língua portuguesa* que é fundamental que o professor planeje situações que favorecem o domínio da linguagem:

Esse aprendizado é favorecido quando se adota procedimentos didáticos de análise e de reflexão sobre a linguagem, que possibilitam

a exposição freqüente a formas lingüísticas que precisam conhecer para se tornar usuários competentes da língua escrita. (op. cit.)

Nesses aspectos, os autores sugerem na correção de produção de textos que os professores tenham mais atenção com os pontos que necessitam de maior aprofundamento por parte do aluno, ou seja, aqueles que eles têm mais dificuldade. E assim como os autores do manual já analisado, esses também compreendem que avaliação não deve ser resumida ao certo ou errado, mas sim que o professor deva se preocupar com os processos subjacentes ao resultado, com a trajetória que o aluno realizou para aprender.

No que diz respeito à gestão das aulas, Aredês; Alexandref; Grilo não são tão plurais quanto Cereja & Magalhães, porém citam algumas ações que o professor pode realizar com o trabalho de produção de texto, dentre elas a de que o professor assuma o papel de escriba dos textos e os alunos produzam e ditem o texto atendendo as características do gênero.

c) Livro didático *A escola é nossa*

O livro *A escola é nossa* (2008), da editora Scipione, de Cavéquia contém um manual do professor composto por 56 páginas, nas quais podemos encontrar respostas dos exercícios do manual do aluno, orientações gerais (informações presentes em todos os manuais do ensino fundamental desta coleção), orientações específicas (informações da série a qual pertence o livro).

Assim como os demais manuais já analisados aqui, Cavéquia (2008) se pauta na teoria dos gêneros textuais para a abordagem das práticas de letramento, o que aponta para uma perspectiva de língua como interação. De forma rápida, a autora revela algumas informações científicas acerca de elementos que diferenciam os gêneros textuais, citando apenas uma pequena parte do PCN para fundamentar sua afirmação, porém em nenhum momento faz menção a autores ou estudos realizados sobre o assunto.

As orientações de formação pedagógica e ajuda na gestão das aulas no que diz respeito à produção de textos são esporádicas, uma vez que a maioria é de ordem pedagógica geral, salvo algumas partes às quais há referência a diferenças entre fala e escrita e relação entre escrita e reescrita de texto. Nesta última, a autora frisa a relevância da reescrita do aluno para seu aprendizado e acrescenta que, em muitas ocasiões, os alunos não se sentem estimulados para escrever, é preciso, portanto, que o professor crie oportunidades e estimule-o para produzir textos. Diante desse contexto, algumas sugestões de atividades de produção de textos como confecção de cartazes, criação de painéis, elaboração de livros, são expostas.

A maior parte do manual do professor se destina a apresentar respostas dos exercícios do manual do aluno e a relatar objetivos das atividades, tal como exemplo abaixo:

Objetivos:

- Apresentar ao aluno uma reportagem.
- Explorar as características desse gênero textual e as idéias do texto.
- Levar o aluno a verificar algumas características entre o conto e a reportagem. (op. cit.)

Nesse exemplo, a autora indica que a questão explora características do gênero reportagem, entretanto em nenhum momento do manual do professor, o gênero reportagem foi abordado, o que implica afirmarmos: se o professor tiver dúvidas a

respeito desse gênero, o manual do professor não poderá ajudá-lo. Aliás, no que se refere ao trabalho com os gêneros textuais, o manual tem que cumprir a função de apresentar informação científica sobre o gênero que será trabalhado no manual do aluno, entretanto isso não ocorre em nenhum manual do professor analisado, pois as orientações apresentadas acerca dos gêneros textuais são orientações gerais sobre os gêneros, como conceito ou função de algum gênero. Ou seja, é necessário fornecer ao professor elementos para a sua leitura do gênero, a fim de que reconheça seu contexto de produção, sua relação com outros gêneros e melhor compreenda suas potencialidades interpretativas. Sem isso, a orientação da escrita está também sacrificada.

O mesmo ocorre com os manuais que fizeram referência à avaliação da produção de texto, ou seja, como o professor deve avaliar. Os manuais do professor apontaram que avaliasse o texto atentando para os critérios discursivos dos textos, tais como: propósito comunicativo, adequação linguística, estrutura, etc. Mas não apresentou orientações específicas de avaliação para cada tipo de gênero a ser trabalhado no manual do aluno. Penso que o professor precisa dessa informação para compreender melhor o gênero, suas potencialidades de leitura e de escrita, articulando melhor essas duas dimensões.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos três manuais do professor, pudemos perceber que a orientação acerca da leitura e da produção textual ainda se distancia bastante do discurso teórico exposto por Marcuschi E. (2002) no que confere a *funções de formação* do manual do professor, sobretudo no que diz respeito aos dois últimos manuais analisados.

As análises indicam uma cristalização do modelo do manual do professor, a carência de diversificação de orientações para a produção escrita e a ênfase na função gabarítica desse material. Com relação à leitura, oferece ainda menos orientações de como o professor pode acompanhar esse processo de construção pelos alunos, e de como pode emergir do modelo de respostas previsíveis. Os autores dos livros didáticos parecem ter a preocupação de incluir de uma forma ou de outra nos manuais do professor orientações acerca do ensino da leitura e da produção de texto no contexto atual de ensino. Em muitos momentos, suas observações acerca dos documentos oficiais de orientação pedagógica, como os PCN, não passam de ilustração, uma vez que não detalham informações relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos.** In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino.* 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 37-46.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Nov., 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Guia do livro didático 2010: Língua Portuguesa: séries/anos iniciais do ensino fundamental /** Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

MARCUSCHI, Elizabeth. **Os destinos da avaliação no manual do professor.** In: DIONÍSIO, Ângela P.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 139-150.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editora, 2008.

Obras analisadas

ARÊDES, Albanize A.; ALEXANDREF, Ângelo; GRILO, Miriam. **Infância feliz – Língua Portuguesa.** São Paulo: Escala Educacional, 2008. (5º ano)

CAVEQUIA, Márcia P. **A escola é nossa – Português.** São Paulo: Editora Scipione, 2008. (5º ano)

CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. **Português: linguagens.** São Paulo: Atual Editora, 2008. (5º ano)